



Número: **0600489-37.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **16/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600235-11.2020.6.16.0147**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Horário Eleitoral Gratuito/Inserções de Propaganda, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Inobservância do Limite Legal, Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança Cível, com pedido de liminar, nº 0600489-37.2020.6.16.0000, impetrado pela Coligação Quem Ama Cuida 25-DEM / 19-PODE / 11-PP em face do ato coator proferido pela Eminente Juiz da 147ª Zona Eleitoral de Foz do Iguaçu/PR, tendo como interessados Francisco Lacerda Brasileiro e a Coligação O Trabalho Continua - PSD, PSC, PTB, PSL, PSB, PL, SOLIDARIEDADE, MDB, PSDB, que indeferiu a liminar pleiteada nos autos de Representação nº 0600235-11.2020.6.16.0147, tendo como Representante a ora impetrante e como representados os ora interessados, alegando a irregularidade nas inserções, veiculadas na TV pela coligação representada, eis que o nome do candidato a vice foi veiculado em tamanho inferior a 30% do nome do candidato a prefeito, o que contraria os termos do art. 36, § 4.º, da Lei n.º 9.504/1997.3. (Requer, liminarmente, a vedação e retirada da veiculação da propaganda eleitoral por inserções em desacordo com a legislação eleitoral, devendo os interessados, sempre fazerem constar do nome do candidato a vice-prefeito em tamanho não inferior a 30% do titular, nos termos da legislação corrente, com a determinação para as emissoras de televisão não exibirem a propaganda tal qual aqui contestada, fixando, ainda multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada nova veiculação ou confecção de propaganda eleitoral com os mesmos vícios indicados na ação e que por ordem de decisão de mérito seja concedida a segurança, confirmando os efeitos da liminar).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
QUEM AMA CUIDA 25-DEM / 19-PODE / 11-PP (IMPETRANTE)	MAURICIO MACHADO FERNANDES (ADVOGADO) EMERSON ROBERTO CASTILHA (ADVOGADO) DANIELI MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) JULIANO DE OLIVEIRA DOBLER (ADVOGADO)
JUIZO DA 147ª ZONA ELEITORAL DE FOZ DO IGUAÇU PR (IMPETRADO)	
Coligação O Trabalho Continua - PSD, PSC, PTB, PSL, PSB, PL, SOLIDARIEDADE, MDB, PSDB (INTERESSADO)	
FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO (INTERESSADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	
Documentos	

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11495 166	16/10/2020 17:52	Decisão	Decisão



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600489-37.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: QUEM AMA CUIDA 25-DEM / 19-PODE / 11-PP

Advogados do(a) IMPETRANTE: MAURICIO MACHADO FERNANDES - PR0023874, EMERSON ROBERTO CASTILHA - PR0036557, DANIELI MARTINS DA SILVA - PR83247, JULIANO DE OLIVEIRA DOBLER - PR52001

IMPETRADO: JUÍZO DA 147ª ZONA ELEITORAL DE FOZ DO IGUAÇU PR

INTERESSADOS: COLIGAÇÃO O TRABALHO CONTINUA - PSD, PSC, PTB, PSL, PSB, PL, SOLIDARIEDADE, MDB, PSDB, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO

RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Coligação Quem Ama Cuida (DEM, PODE, PP) face à decisão proferida nos autos de Representação nº 0600235-11.2020.6.16.0147, pela qual o Juízo da 147ª Zona Eleitoral de Foz do Iguaçu indeferiu medida liminar postulada com vistas à remoção de propaganda veiculada por Coligação O Trabalho Continua (PSD, PSC, PTB, PSL, PSB, PL, SOLIDARIEDADE, MDB, PSDB) e Francisco Lacerda Brasileiro.

Na decisão apontada como coatora (id. 11465466, pp. 3/4), o Juízo de origem indeferiu a liminar com sustentação nos seguintes fundamentos:

No entanto, em uma análise perfunctória da inusitada questão trazido *[sic]* nos autos, não se vislumbra a alegada irregularidade, eis que, além das medidas terem sido balizadas em critérios unilaterais da parte representante, sem aferição de qualquer laudo técnico fiável, não se considerou, no cotejo, o exato nome de campanha do candidato a vice da coligação representada, que é “Delegado Francisco Sampaio”. Isto posto, indefiro o pedido liminar.

Argumenta o impetrante que referida decisão seria teratológica por ter sido proferida *“em evidente contrariedade ao dispositivo previsto na resolução 23610 do TSE, sendo necessária a sua suspensão por este writ”*.

Sustenta que o artigo 36, § 4º, da Lei nº 9.504/97, bem como o art. 12 da Resolução TSE nº 23.610/19, determinam que em toda propaganda eleitoral deverá constar os nomes dos candidatos a vice de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 30% do nome do titular.



Prossegue afirmando que, na propaganda veiculada, "*a necessária existência de menção ao nome do vice candidato em tamanho não inferior a 30% do nome do candidato a prefeito, tem sido mitigada*", pelos ora interessados.

Aduz que a plausibilidade do direito reside na violação ao art. 36, § 4º, da Lei nº 9.504/97 bem como do art. 12 da Resolução TSE nº 23.610/19, "*na medida em que a propaganda eleitoral exibida pelos Interessados, ao não mencionar o nome do candidato a vice-prefeito na proporção correta limita o pleno [conhecimento] do nome da pessoa que possa vir a exercer o cargo titular, restando evidenciado o fumus boni iuris.*"

Por sua vez, defendem a existência do perigo na demora, eis que, com a ausência da "*menção do nome do candidato a vice-prefeito na proporção correta, poderemos estar limitando Direitos Políticos e efetiva publicidade do pleito eleitoral*".

Portanto, pugna pela concessão de liminar para "*vedação e retirada da propaganda eleitoral por **inserções** em desacordo com a legislação eleitoral, devendo os Interessados, sempre fazerem constar do nome do candidato a vice-prefeito em tamanho não inferior a 30% do titular, nos termos da legislação corrente, com a determinação para as emissoras de televisão não exibirem a propaganda tal qual aqui contestada, fixando, ainda multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada nova veiculação ou confecção de propaganda eleitoral com os mesmos vícios indicados na presente ação*".

Pede, ao final, que no mérito sejam confirmados os efeitos da liminar.

Em síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O mandado de segurança presta-se à tutela de direito individual, coletivo ou difuso, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ameaçado ou lesado por ato ilegal ou abusivo de autoridade. Apenas estes são os requisitos constitucionais para obter-se a ordem de segurança (artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal).

Nessa linha, o *mandamus* deverá ter por objeto a correção de ato ou omissão decorrente de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente equiparado.

Na espécie, o ato apontado como coator vem a ser decisão do juiz eleitoral que, em sede de representação, indeferiu o pedido de concessão de medida liminar. **Essa decisão é recorrível**, embora não o seja de imediato, como deflui da leitura do § 1º do artigo 18 da Resolução TSE nº 23.608/2019, *verbis*:

A r t . 1 8 . (o m i s s i s)

§ 1º Não cabe agravo contra decisão proferida por juiz eleitoral ou juiz auxiliar que conceda ou denegue tutela provisória, devendo o representado, para assegurar o reexame por ocasião do julgamento, requerer a reconsideração na contestação ou nas alegações finais.



Portanto, nos autos tem-se, à evidência, hipótese de utilização do mandado de segurança como sucedâneo recursal, o que somente se admite em situações de manifesta ilegalidade ou teratologia da decisão.

A Lei nº 12.016/2009, que traz a disciplina infraconstitucional do *writ*, estabelece algumas restrições para o seu manejo:

Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:
I – de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de **c a u ç ã o** ;
II – de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;
III – de decisão judicial transitada em julgado.

No caso de decisões judiciais, o C. TSE já consignou o cabimento do mandado de segurança apenas se preenchidos, concomitantemente, os seguintes requisitos: **a)** ausência de recurso com efeito suspensivo que resguarde o direito líquido e certo; **b)** inexistência de trânsito em julgado; **c)** teratologia da decisão imputada como coatora (*Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 8612, Acórdão de 11/06/2015, Relator(a) Min. LUIZ FUX, DJE 24/09/2015*).

Atualmente, a questão encontra-se plasmada na Súmula nº 22 daquela Corte, estabelecendo que *"Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial recorrível, salvo situações de teratologia ou manifestamente ilegais"*, que se encontra em consonância com a Súmula nº 267 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual *"Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção."*

Nesse ponto, mister pontuar que a utilização do Mandado de Segurança para fins de controle das decisões judiciais não sujeitas a recurso com efeito suspensivo deve ser vista com cautela, pois não se pode olvidar que a restrição dos meios recursais disponíveis decorre de opção legislativa; sob esse viés, a utilização desenfreada do *mandamus* para criar recurso não previsto em lei ou para ampliar o escopo de recurso previsto implica menosprezo pelas regras de direito processual e, em última análise, ao próprio ordenamento jurídico, justificando-se apenas em situações excepcionais.

Importa destacar que não basta, para que uma dada decisão seja atacável pela via mandamental, que dela não caiba recurso com efeito suspensivo; ela tem que derivar de manifesta ilegalidade ou abuso de poder.

Como dito, essa espécie de remédio processual destina-se à proteção de direito líquido e certo e para fazer cessar ato ilegal e abusivo, restando não configurado *in casu* o ato coator como ilegal ou abusivo.

O casuísmo versado nos autos não revela hipótese em que o ato teria sido praticado com manifesta ilegalidade ou com abuso de poder pela autoridade apontada como coatora, mas apenas que não se vislumbrou, numa análise perfunctória, a aludida infração aos já citados dispositivos legais.

No caso em debate, a decisão inquinada revela-se regularmente fundamentada, fazendo referência aos pedidos formulados liminarmente pela parte e concluindo, em análise



prefacial típica daquele momento processual, que *"em uma análise perfunctória da inusitada questão trazido [sic] nos autos, não se vislumbra a alegada irregularidade"*.

Ao longo da decisão atacada, o magistrado prolator analisa os dispositivos legais que, segundo a ótica do impetrante, estariam sendo desrespeitados (artigos 36, § 4º, da Lei nº 9.504/97, e 12 da Resolução TSE nº 23.610/2019), chegando à conclusão de que, diante da ausência de aferição de laudo técnico fiável, não poderia deferir o pedido liminar naquele momento baseando-se nos critérios alegados pelo representante.

Na petição inicial do mandado de segurança, o Impetrante pretende discutir a interpretação dada pelo magistrado aos dispositivos legais, especialmente no que se refere a como devem ser feitos os cálculos da proporção de 30%, e o que deve ser considerado.

De tudo quanto exposto, revela-se que o ato tido por coator não se reveste da característica da ilegalidade manifesta e, muito menos, da teratologia.

Repiso que o uso indiscriminado do *mandamus* para obter de plano medida liminar indeferida no juízo natural, é, não resta dúvida, contrária à própria lógica que informa o rito específico das Representações do artigo 96 da Lei das Eleições, sendo inadequado invocar a apreciação desta Corte quanto à liminar quando esta poderá ser reapreciada **quando da sentença ou ainda em um futuro e incerto recurso** eleitoral.

Admitir o manejo de remédio processual tão sensível em evidente desvio de finalidade traduz inegável disfuncionalidade ao sistema recursal desta Justiça Especializada que, pela ordem, caminha de forma célere e eficaz na apreciação dos pedidos. O manejo incontrolado de estratégias procedimentais causa prejuízos à ordem processual regular.

DISPOSITIVO

Por todo o exposto, **INDEFIRO a petição inicial do mandado de segurança**, na forma do artigo 10 da Lei nº 12.016/2009.

Publique-se. Intimem-se.

Curitiba, 16 de outubro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

